

ÉTICA – DA PROPOSTA DE PPC DO CURSO DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA DO CAMPUS SÃO BORJA DA UNIPAMPA¹

Gabriel Sausen FEIL²

[Axioma³: O curso de Publicidade e Propaganda não pode se limitar ao ensino de uma profissão.]

1) O curso de Publicidade e Propaganda sofre com a ideia de que precisa *ensinar aquilo que se faz no mercado de trabalho*. É que ao contrário da maioria dos cursos, esse surge apenas após a profissão de publicitário já ter ocupado espaço no mercado. Dito de outra forma, o curso surge muito mais para qualificar um profissional já existente do que para *pensar* a problemática comunicacional e publicitária. É verdade, porém, que o curso de Medicina também surge com os mesmos propósitos de qualificar um profissional já existente (o curso também é posterior à própria profissão) e, nem por isso, a ideia de que precisa ensinar aquilo que se faz no mercado lhe é problemática: ensina-se o ofício e pronto. Mas se isso não se constitui num problema no contexto desse curso, é porque mesmo que se limite ao ensino de uma profissão, conta com o reconhecimento social de que, de fato, somente formados (graduados) podem ser considerados profissionais da área. Não é o que acontece com o curso de Publicidade e Propaganda: se esse se limitasse ao ensino de um ofício, acabaria por não justificar a sua existência no formato acadêmico, de modo que poderia passar a não existir no interior da instituição universitária, visto que o próprio mercado poderia dar conta de ensinar a profissão; sobretudo, através de estágios. Além disso, não há nenhum problema de um recém-formado em Medicina se limitar a fazer, em sua profissão, aquilo que os demais médicos já vêm fazendo, pois ainda que novidades e pesquisas sejam sempre bem-vindas, não se

¹ Em verdade, não se trata da ética *do* PPC, mas do autor deste texto ao pensar na elaboração do mencionado PPC.

² Doutor em Educação. Professor Adjunto da Universidade Federal do Pampa – Campus São Borja - RS.

³ Máxima; impõe-se, neste texto, como verdade.

constituem em pré-requisitos da profissão. Mas se um recém-formado em Publicidade e Propaganda se limitar a fazer aquilo que os demais publicitários já vêm fazendo, será preterido, uma vez que, em publicidade, não há o menor sentido em se fazer o mesmo; pelo contrário, a publicidade existe, precisamente, para fazer a diferença.

[Corolário⁴: logo, não cabe ao professor ensinar aquilo que ele *já fez*. Ainda que a experiência profissional possa ser interessante ao professor, não se pode limitar o ensino, mesmo numa área com as características do de Publicidade e Propaganda, ao ensino de um ofício. Se fosse verdade que o melhor professor é sempre aquele que *já fez*, então, o perfil ideal de um professor desse curso seria o de publicitário aposentado ou em fim de carreira, e bastaria que o governo contratasse publicitários de agência para ensinar, talvez no próprio ambiente de trabalho, após o expediente, uma turma de alunos, de modo que o investimento na instituição universitária seria desnecessário. Se não é, é porque o ensino é um fazer *em si*, de modo que, inclusive, há a possibilidade de um professor poder ensinar algo que jamais tenha feito.]

[Escólio⁵: raras são as vezes em que Mestre Yoda luta de fato. Ora, mas não é ele o grande mestre dos *jedis*? Justamente por isso, a sua função de ensinar o guerreiro não se confunde com o ato de guerrear. O melhor mestre não é, necessariamente, o melhor guerreiro. Aquiles é um grande guerreiro, mas um péssimo mestre; Mestre Yoda é um guerreiro mediano entre os grandes, mas se mostra um mestre formidável. Isso para dizer que o ensino não se resume ao fato de transmitir o que já se fez, mas se trata de uma atividade constituída por características próprias e que tem valor *em si mesma*.]

[Axioma: mais perigoso do que a universidade *não* ensinar um ofício é ela *só* ensinar um ofício.]

2) Não se pode esquecer que um curso superior prepara o egresso para uma profissão; que a grande maioria dos egressos acaba sendo absorvido pelo mundo do trabalho e não pela academia; e que essa maioria não tem a intenção de se dedicar à pesquisa. É preciso ter ciência de que essa realidade reflete um contexto educacional que tem como proposta a democratização e a massificação do ensino superior, e que,

⁴ Afirmção deduzida de uma verdade já demonstrada; consequência.

⁵ Comentário; explicação do que recém foi colocado.

por isso, precisa-se admitir que o ensino de um ofício é agora constitutivo da educação brasileira do século XXI.

Entretanto, enfatiza-se que toda essa consciência não significa, de maneira alguma, qualquer subtração da ideia de envolvimento de professores e alunos em atividades acadêmicas. Isso, por dois motivos: a) o primeiro tange o fato de a instituição universitária implicar questões relativas apenas a ela mesma, no sentido de não, simplesmente, reproduzir o que ocorre em outros âmbitos; b) e o segundo diz respeito ao fato de que ensinar pesquisa (aqui entendida no sentido de estudo sistemático) não quer dizer, simplesmente, preparar *para a* pesquisa. O problema está no vício de se achar que tudo, para ter valor e legitimidade, precisa ter uma utilidade imediata: o sentido da pesquisa educacional não é produzir resultados, ainda que isso possa fazer parte de uma estratégia didática, mas é alargar as perspectivas, brincar com o intelecto, *curtir* a rigidez de uma lógica que transcende a do senso comum. Tendo em vista que isso só pode mesmo ser trabalhado na universidade (um instituto de pesquisa, por exemplo, visa a produção de resultados e não o ensino), considera-se aqui que, apesar da incorporação do intuito da formação profissional nos objetivos da academia, a alma da universidade deve ser a formação acadêmica (mais uma vez: não no sentido de preparação para a pesquisa, ou para a pós-graduação ou ainda para a docência, mas no de refinamento do *pensar*).

[Corolário: nesse sentido, por mais que um curso que não prepare adequadamente para uma profissão esteja defasado em relação ao que o Estado e a sociedade esperam dele, pior é aquele que *só* faz isso; ou seja, que se ocupa em apenas preparar o aluno para uma profissão, abrindo mão da formação acadêmica. Tal afirmação se torna evidente ao menos até o momento em que existir a instituição universitária.]

[Escólio: se aqui se enfatiza a formação acadêmica, é porque se acredita que se um aluno é capaz de pesquisar (empreender um pensamento rigoroso, perspicaz e consistente), é também capaz de se apropriar de uma técnica ou de um ofício; e o contrário não é verdadeiro. É por isto que se ensinam fórmulas matemáticas abstratas para escolares: não porque se está formando matemáticos ou *para a* matemática, mas porque se o aluno for capaz de entender a lógica do cálculo, será capaz de empreender outros raciocínios. Ouve-se professor reclamando de sua formação com ênfase acadêmica: “fui aprender a fazer um *realising* quando, no

trabalho, pediram-me para fazer um”. Não há dúvida de que o melhor teria sido que tal aprendizagem acontecesse durante a graduação, porém, em termos de formação educacional, o que realmente interessa é que, diante do desafio, tal professor soube lidar com a problemática. Se fosse ao contrário (tivesse aprendido essa técnica específica, mas não tivesse desenvolvido o rigor intelectual, a perspicácia, o pensamento consistente) teria que torcer para que o mercado sempre lhe demandasse exatamente aquela técnica em que aprendeu há alguns anos atrás.]

3) É preciso cuidado para não confundir a ideia de ter que preparar o aluno para uma realidade em que é mais digital do que analógica (com isso há pleno acordo), com a outra de que o curso precisa lidar com isso porque o aluno já chega dominando tal linguagem. Ainda que isso seja verdade, não significa que a problematização dos processos possa ser dispensada. Uma coisa é preparar para uma realidade cada vez mais digital, e outra pressupor que, por conta disso, a linguagem digital deve ser apropriada como se fosse natural. Apesar de já se tratar de um clichê, deve-se salientar que a linguagem, independentemente de qual for, constitui-se em processos ininterruptos de construção. Estudar os processos analógicos, nesse sentido, não é um sinal de defasagem, mas de estudo das diferentes linguagens que, em conjunto, constituem a área comunicacional.

[Corolário: isso significa que se o Projeto Político-Pedagógico de Curso (PPC) prevê apenas o ensino de uma profissão, então, de fato, o ensino da linguagem digital, que é a mais usada hoje no mercado, torna-se suficiente; entretanto, se além da formação profissional houver a acadêmica, então, ensinar apenas aquilo que se vem usando se torna insuficiente, pois, nesse caso, a aprendizagem implica o envolvimento do aluno com os processos, as lógicas e as inflexões que originam isto que agora se apresenta a ele. A formação superior implica não apenas um *saber o que se está fazendo*, mas implica *tematizar os processos*.]

4) Por conta disso tudo, o melhor que um curso pode oferecer, a considerar o contexto educacional em que se vive e a importância de não se abandonar a pesquisa, é, ao mesmo tempo, a preparação para uma profissão e uma formação acadêmica. Isso significa que um curso superior de Publicidade e Propaganda precisa dar conta

dos dois âmbitos; em verdade de três, visto que se acrescenta um terceiro: social e humano. Cada um constituindo-se, no interior do PPC, num eixo temático.

Cada eixo é composto por um conjunto de componentes curriculares. Isso significa que não dispensa as chamadas “disciplinas”, mas que lida com elas de outra maneira. Estrategicamente, os eixos apontam, aos envolvidos e aos avaliadores de curso, quais as ações curriculares dão conta de cada uma das intenções do Curso: formar academicamente, mercadologicamente e eticamente.

Os eixos não são três cursos dentro de um, mas são ênfases (tanto de conteúdo quanto de expressão), de modo a não significar que os componentes curriculares pertencentes a um dos eixos não façam parte, ao mesmo tempo, das duas outras formações. Há, em verdade, apenas uma formação, mas que enfatiza, por vezes, um âmbito e, por outras, outro. Portanto, se o componente curricular “Teorias da Comunicação”, por exemplo, pertence ao eixo Academia/Pesquisa, não é porque não diga respeito às questões mercadológicas, mas é porque a sua *ênfase* está no estudo conceitual.

Eixo Academia/Pesquisa; Eixo Profissão/Mercado; Eixo Sociais & Humanidades. No segundo, a ênfase, em termos pedagógicos, está no ensinar o que se sabe fazer ou que já se conhece, e a expectativa, por parte do aluno, é a de vir a aprender um ofício. Assim, em “Planejamento Publicitário”, por exemplo, o professor ensina, efetivamente, a fazer um planejamento do modo como se faz no mercado, e o aluno espera, ao final, apropriar-se desse saber. Se tal componente curricular fizesse parte do eixo Academia/Pesquisa, a ênfase estaria em, por exemplo, problematizar a ideia de planejamento e, se possível fosse, em propor novas formas de realizar essa atividade. E se fizesse parte do eixo Sociais & Humanidades, a ênfase poderia estar em estudar os aspectos éticos e morais de um planejamento, ou as condições sociais da elaboração de um planejamento ou então as suas consequências econômicas. Ainda que todas essas questões possam ser abordadas nesse componente curricular, a ênfase está no *fazer* um planejamento, visto que tal componente faz parte do eixo Profissão/Mercado.

No primeiro eixo a ênfase, em termos pedagógicos, em vez de estar no ensinar o que se sabe fazer ou que já se conhece, está no ensinar aquilo que se vem estudando, de modo que e a expectativa, por parte do aluno, é intelectual. Enquanto o segundo eixo transmite certeza, este as suspende.

No terceiro eixo a ênfase, em termos pedagógicos, está no ensinar diretrizes sociais (aquilo que já está estabelecido), mas, ao mesmo tempo, refletir, questionar e, por vezes, modificar o contexto, com o intuito maior de compreender os processos históricos. Nesse sentido, se o segundo transmite certeza e o primeiro suspende-a, este contextualiza e se insere nas discussões contemporâneas, tais com aquelas envolvendo interdisciplinaridade, cidadania, fronteira, cultura afro, desenvolvimento regional, educação ambiental (poderia ser também chamado de Eixo Ético-filosófico).

[Escólio: ouve-se dizer que uma pesquisa ou um estudo aprofundado não pode ser autista (no sentido em que não pode deixar de se inserir num nicho ou numa linha de estudos). Ora, no eixo Academia/Pesquisa até pode ser, mesmo porque o autismo pode se mostrar produtivo. É verdade que um trabalho desse tipo é mais difícil de convencer e mais fácil de fracassar (visto que as premissas, nesses casos, não estão dadas), mas, ainda assim, é possível. Não se está querendo dizer que o estudo deva ser autista, mas que ele pode se dar esse direito, justamente porque nesse eixo a utilidade e a funcionalidade não são necessidades de primeira ordem, como o é no Profissão/Mercado. E aí está mais uma vantagem da grade curricular se estruturar por eixos: havendo um eixo específico para se preparar funcionalmente, abre-se espaço para que outro não precise se preocupar, o tempo todo, com isso; de quebra, possibilita-se que o espírito nobre da instituição universitária, aquele que busca enobrecer as mentes, seja conservado – ainda que dividindo espaço com os espíritos profissionalizante e ético.]

[Corolário: para que os três eixos funcionem, o corpo docente precisa ser misto. Ou seja, o Curso precisa contar alguns professores cujas suas formações e atuações enfatizem o viés acadêmico, outros que enfatizem o viés mercadológico e outros ainda que enfatizem o viés social e humano ou ético-filosófico.]

[Inflexão⁶: “Trabalho de Conclusão de Curso”, por exemplo, faria parte de qual eixo, já que tem a intenção de envolver tudo o que se aprendeu no curso? Mesmo que envolva os aprendizados como um todo, a ênfase desse componente curricular está no Academia/Pesquisa. Nesse caso, é o trabalho desenvolvido (individualmente) nesse componente que “fecha” o primeiro eixo. Para “fechar” o segundo (Profissão/Mercado), há o componente “Projeto Experimental” (realizado

⁶ Um grande parêntese.

em grupo) e, além dele, uma “Seção de Provas de Capacidades Mínimas e Obrigatórias” (realizada individualmente). Essa se justifica em função do seguinte: propaga-se uma ideia de que egressos de diferentes cursos de Publicidade e Propaganda se formam sem ser capaz de realizar as atividades constitutivas da profissão publicitária. Nesse sentido, a seção de provas tem o intuito de garantir o mínimo aceitável de condições para se realizar tais atividades. Por fim, para “fechar” o terceiro eixo (Social & Humanidades), há o componente “Projeto de Extensão”, em que os alunos precisam desenvolver (em grupo) um projeto de extensão (o que já passa a dar conta dos tais “10% de extensão” – previstos nas orientações institucionais). Dessa forma, o curso oferece ao aluno a possibilidade de desenvolver pesquisa, produto mercadológico e extensão; isso tudo aliado ao ensino oferecido pelos demais componentes curriculares. Todos os âmbitos ficam contemplados: ensino, pesquisa, extensão e profissionalização.]

5) Para dar conta do segundo eixo (Profissão/Mercado), é necessário a instalação de uma Agência Experimental.

[Axioma: o PPC deve ser construído de um modo que possibilite que os avaliadores do Ministério da Educação (MEC) possam localizar as ações.]

6) Quais as metodologias e estratégias (sobretudo, de ensino) usadas para alcançar o que diz o perfil do egresso? Tudo precisa ser dito *no* texto do PPC. Não basta pensar que há interação entre os professores, é preciso dizer qual é a rotina e o funcionamento. Não basta dizer, por exemplo, que há interdisciplinaridade, é preciso dizer como isso ocorre.

[Axioma: o Curso deve fixar o funcionamento das ACGs e das ofertas de CCCGs.]

7) O aluno precisa cumprir 180 horas de Atividades Complementares de Graduação (ACGs). Tais atividades são livres, desde que respeitem as categorias listadas nas Normas Acadêmicas de Graduação.

8) Os Componentes Curriculares Complementares de Graduação (CCCGs) são propostos pelos professores do curso. Isso significa que um CCCG pode ser

ofertado uma única vez. A exceção é o componente “Libras”, o qual deve ser ofertado, no mínimo, uma vez a cada oito semestres.

O aluno precisa cumprir 360 horas de CCCGs, e para que essa carga horária seja alcançada tranquilamente, o curso deve oferecer, no mínimo, 90 horas por semestre.

[Escólio: ainda que se considere que se o aluno cursar 90 horas de CCCGs por semestre, somará, ao final, 720 horas, é preciso observar que: a) em alguns semestres, o número de componentes regulares previstos já toma conta de quase a totalidade dos turnos diurnos; b) nos dois últimos semestres, o aluno está envolvido com “Trabalho de Conclusão de Curso”, “Projeto Experimental”, “Seção de Provas de Capacidades Mínimas e Obrigatórias” e “Projeto de Extensão”; c) os CCCGs ofertados num determinado semestre podem vir a coincidir, em termos de horário, com um componente regular. Por esses três motivos, o aluno pode não conseguir cursar, regularmente, um CCCG por semestre, o que sugere que o número de horas ofertadas nessa modalidade (durante os oitos semestres) precisa ser consideravelmente superior ao número exigido.]

[Axioma: a proposta do PPC não deve ser entendida *apenas* pelos professores do curso.]

9) O Curso precisa fazer convergir a sua logomarca, o seu site e qualquer estratégia comunicacional. A sua imagem, sobretudo perante os alunos, precisa coincidir com a sua proposta (com o seu PPC).

[Axioma: o PPC deve prever o funcionamento do NDE.]

10) Além de discutir, permanentemente, o PPC, o Núcleo Docente Estruturante (NDE) precisa promover seminários envolvendo todos os professores do Curso. Esses seminários têm dois objetivos: a) apresentar os planos de ensino (cada professor apresenta o seu plano). O intuito é possibilitar que o corpo docente avalie se os componentes curriculares estão, ou não, permitindo que o aluno percorra o caminho previsto no PPC; b) discutir metodologias de ensino (já que o plano é também constituído pela seção “Metodologia”). A discussão metodológica se torna ainda mais pertinente no cenário atual, o qual coloca em cheque as condições

didáticas de professores sem grandes experiências anteriores e sem formações pedagógicas.

[Corolário: por conta desses dois objetivos, os seminários passam a funcionar também como a política de autoavaliação do Curso. A orientação institucional é a de que não se pode esperar pela Comissão Local da Avaliação (CPA), visto que os objetivos dessa são outros.]

[Escólio: fala-se muito em “capacitação docente”, mas essa expressão não é a adequada: ninguém, objetivamente, *capacita-se* à docência; o que se pode fazer é, simplesmente, pensá-la, discuti-la. Trata-se de pensar, com consistência, aquilo que se faz, de modo que quando se sai de tal capacitação não se sai um professor melhor, mas se sai pensando a própria prática, o que cria, evidentemente, mais condições para que uma aula, por exemplo, fique mais potente. É como um guitarrista que vai ao show de outro guitarrista e sai de lá intrigado com a possibilidade de passar a solar de outra maneira.]

[Inflexão: não se pode confundir a necessidade constitutiva de se discutir as questões metodológicas com o hábito recente de se relacionar o problema da evasão com a insuficiência metodológica do professor (se isso tivesse sentido, cursos de Pedagogia não sofreriam desse problema). A evasão acontece, sobretudo, por dois motivos, sendo que o primeiro deles vale para qualquer universidade, e o segundo apenas para a Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) e para outras universidades federais que também se instalaram no interior dos estados:

a) a política atual do governo é a de possibilitar que todos os jovens ingressem no ensino superior. Ora, nem tudo convém a todos, de modo que nada mais natural do que alguns ingressarem nas universidades e perceberem (consciente ou inconscientemente) que não é à intelectualidade que querem dedicar-se. Nesse sentido, a evasão deve ser vista como um efeito colateral da política de governo, e não como uma deficiência docente ou dos PPCs;

b) com exceção de alguns estados, a população não estava acostumada com a ideia de universidades federais localizadas em regiões menos populosas e glamorosas. Desde criança, o jovem (que agora vem ingressando em universidades como a UNIPAMPA) nutriu a expectativa de um dia, ao estudar numa universidade pública, mudar-se para um grande centro urbano e viver a tal vida de estudante (mas isso somente porque a relação, existente até então, era a de *universidade federal, logo, uma*

grande cidade). Uma cidade como São Borja, portanto, não estava nos planos. São Borja surpreende os jovens (mesmo os são-borjenses), pois, apesar da parte do sonho “universidade pública” ter se concretizado, o cenário imaginado, definitivamente, não era esse.

Tenta-se achar o problema da evasão na estrutura da cidade e, sobretudo, na estrutura da UNIPAMPA ou na preparação de seus servidores, mas poder-se-ia abrir cinema e livrarias em São Borja que o problema da evasão permaneceria; assim como se poderia levar, exatamente, essa mesma estrutura e esse mesmos servidores para Porto Alegre que, ao contrário, o problema estaria resolvido. Ainda que a existência de cinema e livrarias seja altamente positiva, ninguém toma uma decisão de abandonar ou não os estudos por conta disso (e se alguém o toma, é porque, de fato, deveria procurar alternativas para a sua vida).

Ainda que se deva reivindicar estruturas cada vez melhores, servidores cada vez mais preparados e metodologias cada vez mais apuradas, não se pode confundir isso com a evasão. É preciso cuidado para não jogar o peso de um problema, que é de mudança de paradigma, nos ombros dos que aqui empreendem a sua carreira. Ainda que alunos respondam que, dentre os motivos de sua evasão, esteja a metodologia do professor, como levar isso em consideração objetivamente se, inclusive, os doutores no assunto precisam ficar discutindo as questões metodológicas durante toda a vida? Além disso, a própria experiência de aluno mostra que, por vezes, aquele professor e aquela dinâmica que muito desagradavam, passam a fazer sentido apenas mais tarde.

Por outro lado, é evidente que os dois motivos apresentados não devem, de maneira alguma, tender para um comodismo: reivindicações devem ser feitas, metodologias devem ser revistas; porém, isso deve ser feito em qualquer ambiente acadêmico, e não como política de diminuição da evasão. Cabe aos servidores desempenhar os seus papéis da melhor maneira possível, para que a próxima geração de alunos possa levar em consideração, ao nutrir as suas expectativas de infância, as novas universidades, localizadas no interior dos estados (isso já acontece, por exemplo, em Minas Gerais; ora, mas justamente porque essa interiorização já ocorre, nesse estado, há algumas décadas).

Por fim, é preciso cuidado (isso entre professores) para que não se use a discussão da evasão como forma de autoafirmação e disputa de perfis: “já que eu sou

um professor com licenciatura, digo que o problema da evasão se dá por conta da falta de didática de alguns professores”; “já que sou um professor com experiência de mercado, digo que o problema se dá por conta da inexperiência profissional de alguns professores”; “já que sou um professor pesquisador, digo que o problema se dá por conta do fato de alguns professores nunca publicarem artigos” etc.]